

Juiz manda prender Passos

Fabiola Góis
Da equipe do Correio

O juiz da 1ª Vara Criminal do Tribunal de Justiça do Distrito Federal decretou, no início da noite, a prisão dos empresários Pedro e Márcio Passos, acusados de envolvimento na implantação de um condomínio irregular atrás da QI 27 do Lago Sul.

O pedido de prisão foi feito pelo Ministério Público, que há seis meses investiga a tentativa de criação do loteamento, batizado de Chácara Mansões do Lago. Além dos Passos, foi decretada a prisão do topógrafo Vinício Jadisque Tasso, também apontado como responsável pelo condomínio, localizado em área considerada pública pela Terracap.

Os irmãos Passos foram considerados pela Comissão Parlamentar de Inquérito (CPI) da Grilagem, em 1995, os maiores grileiros do Distrito Federal. Além de Pedro e Márcio, foram acusados na época outros dois irmãos, Eustachio e Alaor. O cacula do grupo, Pedro, é candidato a deputado distrital pelo PSD, partido que apóia o PMDB de Joaquim Roriz, concorrente à reeleição.

O governador, com quem os irmãos mantêm laços de amizade (*leia matéria abaixo*), apoiou ostensivamente a candidatura de Pedro, condenado em segunda instância, há duas semanas, por parcelamento ilegal do solo. Pedro, os irmãos e Vinício foram apontados como responsáveis pela implantação do condomínio Estância Quintas da Alvorada, no Lago Sul.

O próprio Roriz responde a uma ação de improbidade administrativa, na Justiça Federal, por suspeita de favorecimento aos Passos em um acordo de divisão amigável de terras, celebrado em 1994, que resultou em um prejuízo de 72 alqueires à Terracap.

O loteamento Chácara Mansões do Lago provocou uma crise no governo, há um mês, quando o presidente da Terracap, Eri Varela, disse ter sido ameaçado de morte por Márcio Passos. Segundo Varela, o motivo da ameaça foi a tentativa da empresa de impedir a implantação do condomínio.

VALORIZAÇÃO

O local, que Varela afirma pertencer à Terracap, foi cercado e estava sendo parcelado irregularmente. Fiscais da Terracap foram à área e derrubaram a cerca. Logo depois, Varela afirma ter recebido um envelope anônimo com fotos da operação de derrubada e um bilhete, assinado por Márcio Passos, em que este se diz prejudicado por Varela. Márcio negou ter feito qualquer ameaça.

No dia 13 de agosto, uma carta de duas páginas com palavras ofensivas foram endereçadas a Eri Varela. Márcio Passos assinou como remetente. Márcio insinuou, na carta, ter influência junto ao governador Joaquim Roriz e ser íntimo da cúpula do governo. A denúncia de ameaça de morte pesou na decretação da prisão de Pedro e Márcio.

O terreno que motivou a suposta ameaça de morte fica distante apenas 500 metros do primeiro pilar da terceira ponte do Lago Sul e está estimado pela Terracap em R\$ 400 milhões. Os grileiros que estavam parcelando a área há quatro meses distribuíram para eventuais compradores panfletos nos quais usam a ponte como chamariz para o negócio.

No início do ano, o representante de várias famílias que disputam a propriedade da área, Sebastião Gomes de Souza, apontou como responsável pela invasão Alci Antônio Picoloto, que tem ligações com os irmãos Passos. Sebastião é inventariante do espólio de Cândida Marcelina de Queiroz, a proprietária original da terra. Cândida é bisavó do governador Joaquim Roriz.

FRAUDE

A história do loteamento Mansões do Lago envolve até a suspeita de fraude na aprovação de leis distritais. Em agosto do ano passado, o GDF enviou à Câmara Legislativa um projeto de lei complementar que definia os índices de ocupação do Condomínio Parque Lage, no Paranoá. A definição do índice é uma das etapas do processo de regularização.

O projeto foi levado a plenário, para votação, em dezembro do ano passado, em sessão extraordinária. Em uma mesma sessão, a proposta foi aprovada em todas as comissões da casa e votada em primeiro e segundo turnos.

No final do processo, a lei enviada pelo governo ganhou uma emenda que transformava o terreno, de 221 hectares (127 dos quais área considerada pública pela Terracap), em um loteamento — a exemplo do que ocorre no Park Way. A emenda, de autoria do deputado Benício Tavares (PTB), incluiu no projeto a autorização para parcelar os 221 hectares do Lago Sul — que não têm nada a ver com o Parque Lage.

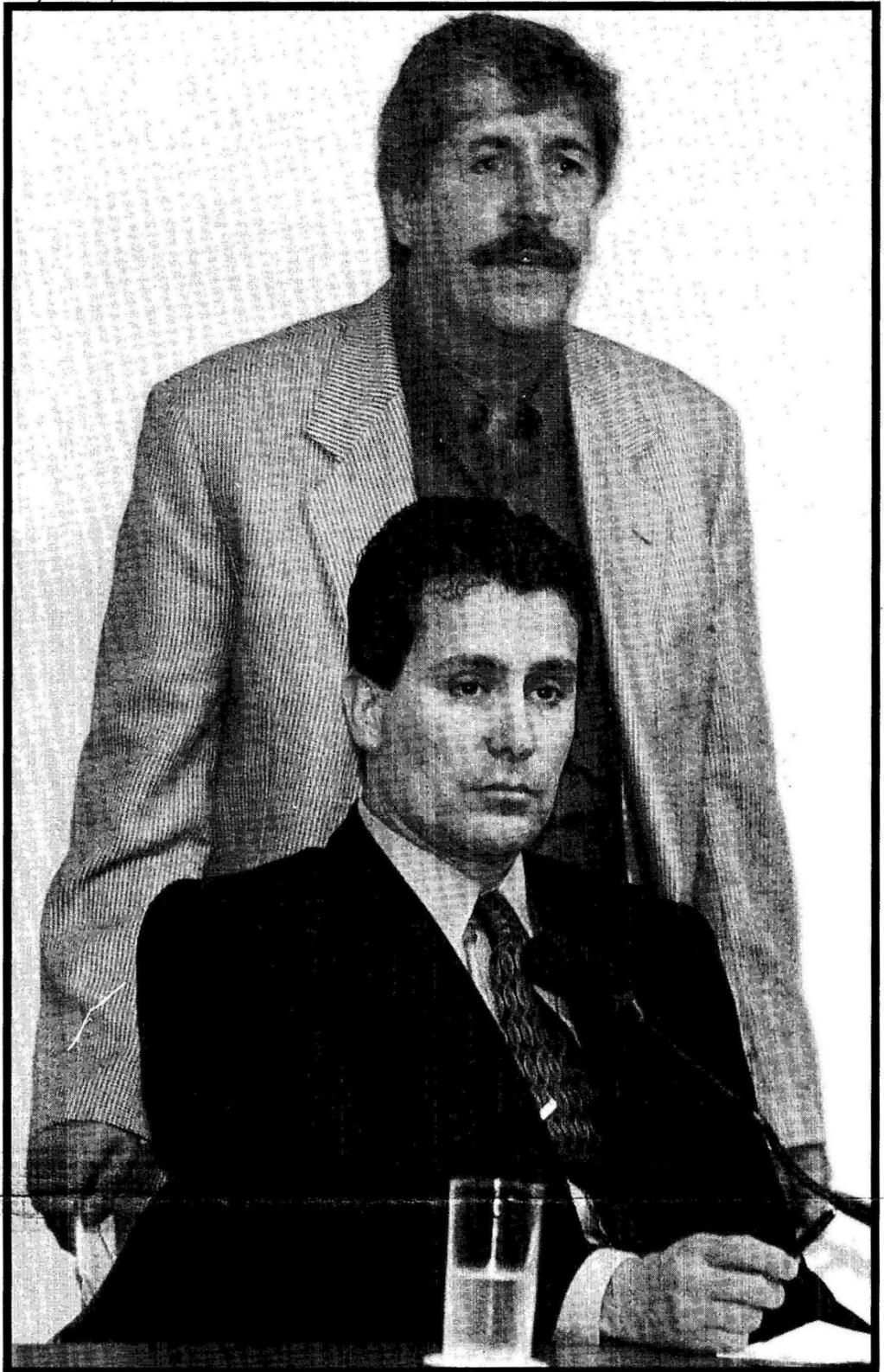
Há três semanas, o deputado distrital Rodrigo Rollemberg (PSB) denunciou que houve fraude na aprovação da lei (*leia quadro ao lado*). Segundo ele, a lei foi sancionada pelo governador Joaquim Roriz sem sequer ter sido aprovada em plenário.

Antes mesmo de a lei ser sancionada, grileiros começaram a lotear o lugar e distribuir panfletos do empreendimento Chácara Mansões do Lago. Seriam terrenos de no mínimo 20 mil m², que poderiam ser parcelados em oito lotes — exatamente como o previsto na emenda de Benício.

O Ministério Público do Distrito Federal e uma comissão de sindicância da própria Câmara começaram a investigar a suposta fraude. Antes mesmo da apuração ser concluída, os deputados decidiram cancelar a emenda.

No dia 4, a Mesa Diretora da Câmara enviou ao governador Joaquim Roriz uma mensagem pedindo o cancelamento dessa lei — e de outra, relativa ao parcelamento de um outro condomínio, também suspeita de fraude.

Fotos: Jefferson Rudy



PEDRO (SENTADO) E MÁRCIO: OS EMPRESÁRIOS FORAM APONTADOS COMO GRILEIROS PELA CPI DA GRILAGEM



VINÍCIO TASSO: TOPÓGRAFO TAMBÉM TEVE PRISÃO DECRETADA PELO JUIZ

ENTENDA O CASO

Há um mês, o presidente da Terracap, Eri Varela, disse ter sido ameaçado de morte pelo empresário Márcio Passos. O motivo da ameaça, segundo ele, seria o fato de a Terracap impedir a implantação de um loteamento atrás da QI 27 do Lago Sul. Varela acusou Passos de tentar implantar o loteamento. Passos negou a ameaça. O Ministério Público investigava a implantação do loteamento há seis meses.

Há três semanas, o Correio publicou que uma lei aprovada pela Câmara Legislativa previa a implantação, em uma área de 221 hectares atrás da QI 27 do Lago Sul, de um loteamento chamado Mansões do Lago. Essa área, segundo investigações feitas por agentes da 10ª DP (Lago Sul), estava sendo loteada por um homem chamado Alci Antônio Picoloto, ligado aos Passos.

O deputado distrital Rodrigo Rollemberg (PSB) denunciou a existência de fraude na aprovação da lei que beneficiava o condomínio. Segundo ele, a lei foi sancionada pelo governador Joaquim Roriz sem sequer ter sido votada em plenário. A lei efetivamente votada era outra, de número parecido. A numeração foi alterada a mão, posteriormente, para permitir a publicação do texto no Diário Oficial. Outros distritos também podem ter sido fraudados. As leis devem ser revogadas pelo governador Joaquim Roriz.

MEMÓRIA

Suspeitos de obter benefícios

CONDENAÇÃO

Os irmãos Passos (Pedro, Márcio, Eustachio e Alaor) foram considerados os maiores grileiros de terras de Brasília pela Comissão Parlamentar de Inquérito (CPI) da Grilagem, criada em 1995 pela Câmara Legislativa. Os Passos foram condenados por parcelamento ilegal do solo devido

à implantação do condomínio Estância Quintas da Alvorada, no Lago Sul.

CONDOMÍNIO RK

O governador Joaquim Roriz — amigo dos Passos — autorizou, no final de 1994, um acordo de divisão amigável de terras pelo qual a Terracap perdeu 72 alqueires para o condomínio RK, perto de Sobradinho. O condomínio está em nome de um laranja dos irmãos Passos, segundo o Ministério Público e a CPI da Grilagem. Roriz responde a uma ação de improbidade admi-

nistrativa na Justiça Federal por conta do acordo.

DESAPROPRIAÇÃO

Roriz assinou ainda dois decretos tornando de utilidade pública para fins de desapropriação áreas em nome de pessoas consideradas laranjas dos Passos. Um dos decretos foi assinado em 1994 e contemplava Sebastião Falcão Trindade, ex-funcionário dos Passos que tem em seu nome 500 hectares perto de Sobradinho. Outro foi assinado em março de 2000 e abrange terras em nome de Paulo Gresta — casado com a gerente da empresa

dos Passos —, no Lago Sul.

ATOS DE GOVERNO

No final de 1999, a Secretaria de Assuntos Fundiários emitiu documento oficial atestando que era particular uma área até então considerada pública nas imediações do Paranoá. Quem reivindica a área é Maria Cristina de Souza, apontada como laranja dos irmãos Passos. A secretaria fez a mesma coisa em relação a uma área reclamada por Dijair Ramalho de Oliveira, ex-motorista dos Passos. Ele diz ser dono de terras no Lago Sul que, para a Terracap, são públicas.